

Editorial

José Antonio Moraes do Nascimento

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

Virginia Elisabeta Etges

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul - Brasil

É com satisfação que apresentamos o 1º número da Revista *Ágora* de 2020. Esse ano a Universidade de Santa Cruz do Sul inicia uma nova fase, com uma reorganização estrutural unindo vários departamentos. Nesse sentido, a Revista *Ágora* (ISSN 1414-0454), antes pertencente ao antigo Departamento de História e Geografia, passará para a responsabilidade dos cursos de História, Geografia e Gastronomia, sendo seus editores escolhidos e indicados pelos respectivos colegiados de curso. Entretanto, em termos de diretrizes de publicação, continuará na mesma sistemática.

A Revista *Ágora*, ao longo de sua história, se constituiu num território editorial em Ciências Humanas e Sociais, particularmente de discussões atualizadas em Geografia, História e Gastronomia e todas as suas interfaces, como a cultura, a política, a economia e o desenvolvimento regional. Assim, proporciona reflexões para ampliar o conhecimento a partir de pesquisas inovadoras e interdisciplinares.

Como já é costume na nossa revista, nessa edição, tivemos a colaboração de pesquisadores de diferentes regiões do país, das mais diversas áreas do conhecimento. Ao todo, compõem esse número, nove artigos e uma resenha. Como primeiro, temos o artigo **Agroecologia: experiência em construção no contexto do Desenvolvimento Regional**, o qual analisa a base teórica da agroecologia e o conhecimento empírico, com ênfase na agricultura familiar, a partir de uma unidade familiar agrícola, do município de Santa Cruz do Sul, RS/Brasil. Seus autores demonstram que o desenvolvimento da agricultura de base ecológica, nos últimos anos, tenha crescido consideravelmente e a continuidade do seu desenvolvimento depende do aumento da procura por produtos orgânicos, por um lado, e por outro, de uma nova reestruturação da comercialização, bem como da organização dos agricultores familiares e da criação de políticas públicas para esse fim.

Já em **A maricultura e a legalização das fazendas marinhas diante da urbanização nas comunidades da Praia de Fora e Enseada de Brito em Palhoça (Santa Catarina, Brasil)**, os autores relatam a organização espacial das fazendas aquícolas no litoral central de Santa Catarina, no município de Palhoça, pertencentes ao Aglomerado Urbano de Florianópolis. Explicam, ainda, que a legalização das fazendas marinhas ocorreu em 2010, como parte do “Plano Nacional de Desenvolvimento da Maricultura”, nos estados litorâneos brasileiros com aptidão ao cultivo nas comunidades envolvidas, apesar dos conflitos socioambientais.

Na sequência, temos **Participação da agricultura familiar na alimentação escolar no município de Passo Fundo-RS**, analisando a participação da agricultura familiar nas compras da alimentação escolar na rede escolar municipal de Passo Fundo, norte do estado do Rio Grande do Sul. A autora demonstra que a gestão da alimentação escolar centralizada na Prefeitura Municipal vem permitindo o estabelecimento de relações de confiança entre os diferentes atores sociais envolvidos: cooperativas fornecedoras, agricultores familiares e outros órgãos, como a Emater, o Conselho de Alimentação Escolar, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e a Coordenadoria de Nutrição Escolar. Ainda, que o processo de comercialização com fornecedores de produtos da agricultura familiar para a rede escolar municipal de Passo Fundo vem sendo aprimorado, com esforços dos diferentes atores sociais envolvidos, em busca de melhores resultados.

No artigo seguinte, com o título **Ações para conscientização e prática da educação ambiental na cidade de Patos/PB/Brasil**, seus autores apresentam atividades desenvolvidas no projeto de extensão *Florestal Recicla*, que compõe o Programa de Ações para a Sustentabilidade Socioambiental (PASS), da Universidade Federal de Campina Grande. Dentre as quais, destacam a capacitação oferecida aos alunos para que tenham ações que contribuam com as questões socioambientais, o consumo consciente e sustentável, através da educação formal e não formal junto às comunidades e escolas.

Em **Inovação, políticas públicas de apoio e seus impactos sociais: resgate teórico sobre os temas**, seu autor afirma que, apesar das políticas públicas de apoio a inovação priorizarem o desenvolvimento das organizações, seu alcance permite a participação da população e possibilita inovações capazes de impactar de forma positiva o desenvolvimento social regional. Também salienta que a luta pelo poder e por recursos entre os grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas, sendo essa luta mediada por instituições políticas e econômicas que levam as políticas públicas para certa direção e privilegiam alguns grupos em detrimento de outros.

No artigo seguinte, com o título **Plano diretor de São Luís-Ma: propósito e principais fatores determinantes**, seu autor analisa a gestão do processo de revisão do Plano Diretor de São Luís, no estado do Maranhão, identificando os fatores responsáveis pela supressão e (re) configuração, bem como a efetividade dos instrumentos institucionais de gestão participativa. Os resultados extraídos dos registros escritos das reuniões do Conselho da Cidade constataram que os principais determinantes da dinâmica de sua conformação espacial são os movimentos de expansão urbana em conjunto com a especulação imobiliária, agronegócio e atividades industriais conduzidos por políticas desenvolvimentistas.

Memórias consolidadas e silenciadas na revista “Ivatuba Progresso Constante”, analisa uma publicação comemorativa buscando compreender a construção de alguns discursos sobre a memória coletiva de Ivatuba, sob a ótica do “pioneiro”, considerado agente fundamental e percussor da ocupação e expansão do município. Nesse sentido, o autor do presente artigo, chama atenção para os “não-ditos” como, por exemplo, a presença de indígenas, a rápida devastação da cobertura vegetal na região e suas implicações para o ambiente.

No artigo seguinte, **Do “regionalismo aberto” à proposta de uma comunidade sul-americana das nações: o processo histórico de criação da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas)**, seus autores apontam que a UNASUL foi um projeto de

integração entre países da América do Sul, criado em 2008 a partir da assinatura do *Tratado Constitutivo da UNASUL*, que teve como signatários: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Também destacam que sua criação decorreu das mudanças nas concepções de integração sul-americana a partir da “guinada à esquerda” observada na década de 2000 na América do Sul, com a ascensão de governos nacionais comprometidos com forças sociais e políticas que se opuseram aos projetos neoliberais de reestruturação do capitalismo, adotados na América do Sul durante a década de 1990.

Por fim, como último artigo, temos **Política Externa brasileira no imediato pós-Segunda Guerra: Imposição do Alinhamento**, no qual seu autor discute a política exterior brasileira no imediato pós-Segunda Guerra Mundial sob a ótica do conceito de imposição do alinhamento, visto que o desfecho do conflito trouxe consigo uma nova configuração das relações internacionais. Ainda, aponta que o momento de disputa por áreas de influência entre Estados Unidos da América e União Soviética poderia lograr vantagens ao Brasil, entretanto, a postura do governo brasileiro não permitiu que o país alcançasse seus objetivos do ponto de vista da política internacional já que seu alinhamento aos norte-americanos foi uma adesão automática e não uma imposição.

Finalmente, para concluir esse número, temos a resenha da obra do historiador e jornalista Juremir Machado da Silva, intitulada **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. A resenha destaca que o livro é constituído de reportagens da mídia brasileira, publicadas em 1888, interpretando o papel dos veículos de comunicação sobre o tema da abolição da escravidão no Brasil. A disposição dos capítulos remonta o processo político e seus principais personagens, trazendo para o leitor os acontecimentos diários, na época, que culminarão na aprovação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. A escolha dos títulos de cada capítulo, expressa o posicionamento crítico do autor sobre os acontecimentos narrados e seus principais interlocutores. Juremir Machado da Silva utiliza-se do escárnio e da ironia para evidenciar as contradições presentes em discursos e manchetes referente ao fim da escravidão.

Assim, após essa breve síntese dos artigos, convidamos para que nos acompanhem nessa caminhada, a começar pela leitura desses artigos. Boas leituras.

Os editores